

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ
DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Processo: Representação nº 1084446

DROGARIA RL LTDA, TATIANA ALVES MIRANDA
e ANTONIELE CAROLINE MARQUES já devidamente qualificados nos
autos em epígrafe, vem a douta presença deste Conselheiro responsável
pelo processamento da Representação acima epigrafada, apresentar sua
DEFESA quanto aos fatos articulados pelo Ministério Público de
Contas, o que faz mediante as razões a seguir aduzidos:

1

I – DOS FATOS QUE OBJETO A PRESENTE
REPRESENTAÇÃO:

Verifica-se tratar de Representação proposta pelo
ilustre representante do Ministério Público de Contas, na qual o mesmo
afirma que os Representados teriam cometido algumas irregularidades
nos processos licitatórios nº. 041/2014 e 019/2015.

Sustenta o Ministério Público de Contas, que em
referência ao processo licitatório nº. 041/2014, ocorreram as seguintes
irregularidades:

- 1- Não foram juntados as cotações prévias que teriam sido realizadas;
- 2- Foi realizada a compra de medicamentos que teriam sido adquiridos no Processo Licitatório nº. 024/2014;
- 3- Publicação de licitação via afixação em mural de aviso do átrio da prefeitura municipal e no jornal AQUI;
- 4- Que a Drogaria R.L LTDA seria a única habilitada;

Já em relação ao processo Licitatório nº. 019/2015, o Ministério Público de Contas sustenta que ocorreram as seguintes irregularidades:

- 1- Aumento do valor gasto com a compra de medicamentos éticos/genéricos em 2015 em relação aos gastos dos anos de 2013/2014;
- 2- As únicas empresas habilitadas para o certame foram as mesmas que o venceram;
- 3- A licitação teria sido mal planejada em virtude do alto valor do certame.

2

I.1 - DO PROCESSO Nº. 041/2014

Quanto às irregularidades encontradas pelo Representante do Ministério Público de Contas em relação ao processo nº. 041/2014, a Representada tem a esclarecer que nenhuma delas é de responsabilidade da empresa ora Manifestante.

Em relação às cotações prévias não terem sido juntadas aos autos, tem-se que essa responsabilidade é da Comissão de

Licitação e não dos licitantes. Ora nobre Conselheiro, não cabe a Empresa a condução do processo licitatório, mas sim somente a participação.

Quanto a aquisição de medicamentos que teriam sido adquiridos também em outra licitação, da mesma linha quanto ao informado acima, não há como a empresa saber quais medicamentos já haviam sido adquiridos e, se havia legalidade na licitação lançada pelo Município para compra de medicamentos.

Já em relação às outras irregularidades, da mesma forma não era de responsabilidade da licitante a publicação de edital e também não pode a mesma ser responsabilizada por ter sido a única participante do certame.

Dessa forma, nenhuma irregularidade foi cometida pela empresa Drogaria R.L LTDA, devendo ser julgada improcedente a representação levada a efeito pelo Ministério Público de Contas em relação ao processo nº. 041/2014.

3

I.1 - DO PROCESSO Nº. 019/2015

Quanto às irregularidades encontradas pelo Representante do Ministério Público de Contas em relação ao processo nº. 019/2015, a Representada tem a esclarecer que nenhuma delas é de responsabilidade da empresa ora Manifestante.

Ocorre que a responsabilidade de realizar o levantamento das despesas, é do Município e não das empresas licitantes, não podendo as licitantes serem responsáveis pelo planejamento das compras do ente público.

Quanto ao fato das empresas habilitadas, serem as únicas vencedoras, tem-se que por se tratar de licitação com diversos itens, pode ocorrer de mais de um empresa vencer o certame e não apenas uma. Em relação ao certame nº. 019/2015, verifica-se que após publicação do edital, apenas a Representada Drogaria R.L LTDA e mais uma se habilitaram, não havendo nenhuma irregularidade quanto a quantidade de empresas que compareceram ao certame.

Por fim, quanto ao planejamento da licitação, o mesmo não cabe às licitantes e sim ao órgão público, não podendo nenhuma irregularidade quanto à condução ser atribuído às mesmas.

Portanto, não há falar na irregularidade quanto ao fornecimento de medicamentos, por ter cumprido a Representada todos os requisitos legais para participação no certame.

4

II – DO REQUERIMENTO:

Dessa forma, pugna a Representada, que seja **julgada IMPROCEDENTE a representação e, caso seja mantida a constatação de vícios formais nos certames, seja afastada qualquer penalidade à Representada, uma vez que não é a responsável pela fase interna do certame, que cabe exclusivamente ao órgão público realizado da licitação.**

Termos em que

Pedimos e aguardamos **DEFERIMENTO!**

Uberlândia/MG, em 26 de maio de 2021.

Elcio Gomes SANTOS jÚNIOR

OAB/MG 185.713